



**SESSÃO DA 54.ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA
22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2023
PORT LOUIS, MAURÍCIA**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA SOBRE QUESTÕES
FINANCEIRAS
(RELATÓRIO DO TESOUREIRO)**

DOCUMENTO 1

**CONTAS DE GESTÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1 DE ABRIL DE
2023 A 30 DE SETEMBRO DE 2023**

As contas de gestão do exercício de 1 de Abril de 2023 a 30 de Setembro de 2023 comportam os seguintes documentos:

- 1.0. Situação das contribuições obrigatórias dos membros registada em 30 de Setembro de 2023 (com uma actualização em 31 de Outubro de 2023)
- 2.0. Relatório de desempenho orçamental do exercício findo em 30 de Setembro de 2023
 - 2.1. Contexto do orçamento de 2023/2024 aprovado pela 52.ª Assembleia Plenária
 - 2.2. Actualização sobre o impacto da norma visando a optimização da tecnologia para a implementação das actividades
 - 2.3. Relatório dos desvios orçamentais registados em 30 de Setembro de 2023 (receitas)
 - 2.4. Relatório dos desvios orçamentais registados em 30 de Setembro de 2023 (despesas)
- 3.0. Relatórios financeiros dos programas/projectos patrocinados por doadores
 - 3.1. ASDI (SIDA): Projecto de Saúde & Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)

1.0. SITUAÇÃO DAS QUOTAS DOS MEMBROS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

1.1. Dados de referência sobre as contribuições anuais obrigatórias

- (i) As contribuições anuais obrigatórias a serem pagas por 15 Parlamentos Membros cifram-se em N\$ 1 501 500 por ano por parlamento. A contribuição das Seicheles é de N\$127.050 por ano.
- (ii) As receitas totais a serem arrecadadas a partir das contribuições obrigatórias no exercício financeiro de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024 situam-se, por conseguinte, em N\$21 148 050.

1.2. Situação das quotas dos membros registada em 30 de Setembro de 2023

1.2.1 Mapa 1: Situação registada em 30 de Setembro de 2023

PARLAMENTO	SALDO REPORTADO 01-Abr-23	QUANTIA COBRANDA	QUANTIA RECEBIDA	SALDO 30-Setembro-23	OBSERVAÇÕES
Angola	—	1.501.500	—	1.501.500	
Botswana	—	1.501.500	1.501.500	—	PAGO
RDC	1.501.500	1.501.500	—	3.003.000	
Eswatini	—	1.501.500	1.501.500	—	PAGO
Lesoto	—	1.501.500	—	1.501.500	
Madagáscar	1.501.500	1.501.500	—	3.003.000	
Malawi	1.501.500	1.501.500	1.501.500	1.501.500	
Maurícias	—	1.501.500	1.501.500	—	PAGO
Moçambique	—	1.501.500	—	1.501.500	
Namíbia	(1.501.500)	1.501.500	—	—	PAGA
Seicheles	—	127.050	—	127.050	
África do Sul	—	1.501.500	1.501.500	—	PAGO
Tanzânia	1.501.500	1.501.500	3.003.000	—	PAGO
Zâmbia	(1.501.500)	1.501.500	—	—	PAGA
Zimbabwe	—	1.501.500	1.501.500	—	PAGO
TOTAL	3.003.000	21.148.050	12.012.000	12.139.050	—

1.2.2 Em 30 de Setembro de 2023, oito parlamentos tinham remetido a totalidade das suas contribuições do exercício financeiro vigente sem deixar nenhuma quantia por saldar. São África do Sul, Eswatini, Botswana, Maurícias, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

1.2.3 Sete países têm saldos pendentes do exercício financeiro actual, nomeadamente Angola, RDC, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique e Seicheles.

1.2.4 A DRC e Madagáscar têm ainda quotas em atraso referentes ao exercício económico findo em 31 de Março de 2023.

1.2.5 Ponto de situação actualizado em 31 de Outubro de 2023

Não foram registados quaisquer pagamentos adicionais após 30 de Setembro de 2023. A situação vigente em 31 de Outubro de 2023 é a mesma de 30 de Setembro de 2023.

1.2.6 RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

- a) **A Assembleia Plenária é convidada a apreciar e tomar conhecimento da situação registada em 31 de Outubro de 2023 relativamente às contribuições anuais obrigatórias, e agradecer aos parlamentos membros o seu empenho em assegurar o pagamento das contribuições.**
- b) **A Assembleia Plenária é convidada a encorajar os parlamentos com saldos remanescentes a liquidarem os mesmos com a máxima prioridade.**

2.0. RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REGISTADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

2.1. Contexto do orçamento de 2023/2024 aprovado pela 52.^a Assembleia Plenária

2.1.1. Ênfase nos recursos financeiros gerados internamente

2.1.1.1. As actuais tendências globais têm justificado uma reformulação da forma como o Fórum estrutura o seu orçamento, de modo a tornar-se cada vez menos dependente do financiamento dos doadores para as suas operações principais. Para o exercício de 2023/2024, o orçamento baseia-se nos recursos gerados internamente, nomeadamente as contribuições anuais obrigatórias, os juros obtidos a partir de investimentos e os lucros acumulados.

2.1.2. Modo de operações/implementação de actividades

2.1.2.1. O orçamento do ano financeiro 2023/2024 garante que as actividades do Fórum sejam realizadas com fundos angariados a partir das contribuições anuais obrigatórias e dos lucros acumulados, com o mínimo de contribuições em espécie por parte dos parlamentos membros.

2.1.2.2. Tendo em conta os recursos financeiros limitados, a 52.^a Assembleia Plenária aprovou que, no presente exercício, algumas das reuniões estatutárias da instituição fossem presenciais e outras virtuais, especificamente:

- i. Tanto a 53.^a como a 54.^a Assembleias Plenárias deverão ser presenciais.

- ii. As duas reuniões da Comissão Executiva deverão ser presenciais, e quaisquer reuniões adicionais da Comissão Executiva serão virtuais. O orçamento prevê 2 reuniões presenciais e duas reuniões virtuais.
- iii. Todas as reuniões das subcomissões da Comissão Executiva (Subcomissão Financeira, Subcomissão dos Recursos Humanos & Desenvolvimento da Capacidade Parlamentar, Subcomissão Jurídica e Subcomissão dos Assuntos Parlamentares) terão lugar em formato virtual. O orçamento prevê 2 reuniões virtuais para cada subcomissão.
- iv. As reuniões das comissões permanentes, da CPRFLM e do Grupo Regional da Mulher Parlamentar serão todas virtuais, a não ser que haja financiamento externo disponível para reuniões presenciais. A esse propósito, a Assembleia Plenária tomou conhecimento de que algumas comissões permanentes podem realizar reuniões presenciais, enquanto outras só vão poder realizar reuniões virtuais. O orçamento contempla 2 reuniões virtuais para cada uma das cinco comissões permanentes, a CPRFLM e o Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC).
- v. Para todas as reuniões presenciais, será tomada a providência para se criar as condições visando a participação através de uma plataforma virtual (sistema híbrido).
- vi. Contribuição em espécie dos parlamentos membros

De acordo com a norma estabelecida do FP-SADC, os custos de participação dos membros nas reuniões presenciais serão suportados pelos seus respectivos parlamentos membros, a não ser que seja disponibilizado um financiamento externo.

2.1.3. Factores de custo

- 2.1.3.1. Os custos de bens e serviços continuam a subir devido à inflação e depreciação do Rand sul-africano/dólar namibiano com relação a moedas tais como a libra esterlina e o dólar norte-americano. Infelizmente a inflação e a depreciação das moedas abrange quase todos os países da África Austral e tem um impacto sobre os custos das actividades da instituição, a maior parte das quais são realizadas em todos os países membros, obedecendo à política do FP-SADC. Importa assinalar que o IPC médio da Namíbia para os doze meses de Agosto de 2022 a Julho de 2023 é de 6,58%.
- 2.1.3.2. O custo dos bens e serviços também foi afectado por vários outros factos que afectam a procura e a oferta, tais como o ambiente económico e político global.

2.1.4. Risco para a continuidade das actividades:

2.1.4.1. O orçamento de 2023/2024 tem um excedente mínimo projectado de apenas N\$125.162; isto, apesar de terem sido afectados fundos no valor de N\$7.000.000 de lucros acumulados para suportar o custo das operações. Isto significa que as poupanças resultantes dos orçamentos dos anos anteriores durante o período da pandemia de COVID-19, em que as assembleias plenárias e outras reuniões estatutárias foram realizadas em formato virtual, serão em breve esgotadas e as operações da instituição, com o actual grau de financiamento, não serão sustentáveis no futuro.

2.1.4.2. É, portanto, imperativo que os membros analisem a situação financeira da instituição e o risco para a continuação das actividades da organização, com vista à resolução de não aumentar as contribuições dos membros tendo em conta os custos cada vez maiores devido à inflação, depreciação da moeda local, subida das taxas de juro e ausência de financiamento de doadores.

2.2. ACTUALIZAÇÃO SOBRE O IMPACTO DA NORMA VISANDO A OPTIMIZAÇÃO DA TECNOLOGIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES

2.2.1. Reuniões virtuais: A instituição continua a implementar uma combinação de reuniões presenciais e virtuais, o que reduziu consideravelmente os custos operacionais. Isto inclui a contratação dos especialistas que fazem palestras sobre os lemas das reuniões, bem como dos intérpretes que prestam serviços virtualmente, mesmo quando as reuniões são presenciais.

2.2.2. Sistema sem papel: A subcomissão é convidada a tomar conhecimento de que o FP-SADC passou a funcionar num ambiente sem papel, e todos os relatórios e documentos das suas reuniões são transmitidos por via electrónica. Esta medida permitiu uma redução significativa dos custos de impressão e distribuição e constitui uma medida ecológica que reduziu a pegada de carbono da organização e se tornou numa exigência dos doadores para muitas parcerias.

2.3. RELATÓRIO DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS REGISTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 (RECEITAS)

2.3.1 Contexto

O presente relatório dos desvios orçamentais não inclui as receitas e despesas orçamentadas dos fundos concedidos por doadores, mas concentra-se nas receitas e despesas orçamentadas das contribuições obrigatórias pagas pelos membros e outras receitas arrecadadas pelo FP-SADC. As situações financeiras dos fundos concedidos pelos

doadores serão apresentadas numa outra secção do presente relatório.

2.3.2 O total das receitas previstas no orçamento de 2023/2024 é de N\$28.388.050. Este montante comporta as contribuições obrigatórias anuais de N\$21.148.050, os juros de N\$240.000 e os N\$7.000.000 atribuídos a partir dos lucros acumulados.

2.3.3. Em 30 de Setembro de 2023, tinha sido recebido ou alocado um montante total de N\$19.272.973, conforme o caso. Foi recebido um total de N\$12.012.000 (57%) das contribuições anuais obrigatórias, ficando ainda por serem remetidos N\$9.236.050 (43%) por alguns parlamentos membros, como foi esclarecido na tabela acima apresentada. Prevê-se que os 43 % pendentes sejam recebidos antes do final do ano.

2.3.4. Os juros obtidos de N\$260,973 excederam em 9% o montante orçamentado de N\$240.000. Segundo a tendência registada em 30 de Setembro de 2023, prevê-se que os juros recebidos sejam aproximadamente o dobro do montante orçamentado devido ao investimento dos fundos que não seriam de uso imediato.

2.3.5 RELATÓRIO DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS REGISTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 (RECEITAS)

FONTE	RECEITAS ORÇAMENTADAS 2022/23 N\$	RECEITAS ARRECADADAS ALOCADAS N\$	DESVIO N\$	DESVIO %
QUOTAS OBRIGATÓRIAS:	21.148.050	12.012.000	(9.136.050)	-43%
JUROS	240.000	260.973	20.973	9%
RESERVAS ACUMULADAS	7.000.000	7.000.000	—	0%
TOTAL	28.388.050	19.272.973	(9.115.077)	-32%

2.4. RELATÓRIO DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS REGISTRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 (DESPESAS)

2.4.1 Despesas Orçamentadas: N\$ 28.262.888

O total das despesas orçamentadas aprovadas para o exercício financeiro de 2023/2024 é de N\$28.262.888. Isto resultou num excedente orçamentado de N\$125.262 (N\$ 28.388.050 menos 28,262,888).

2.4.2 Despesas totais reais N\$9.780.627

A despesa real total registada em 30 de Setembro de 2023 é de N\$9.780.627, representando 35% das despesas totais orçamentadas para o exercício, deixando um saldo de N\$18.482.261 (65%). Isto acontecendo a meio do exercício, a tendência das despesas é favorável. Para mais pormenores, ver a análise das tendências no ponto 2.4.4.

RELATÓRIO DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS REGISTRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 (DESPESAS)

		B	C	D	E	F	G
		Total Budget	Actual YtD Expenditure 30.09.2023	Variance (Balance) 30.09.2023	VAR %	STATUS	Actual Exp % of Budget
	BUDGET LINE						
1	Administrative Costs	1,732,352	375,435	1,356,917	78%	Favourable	22%
2	Communication Expenses	524,755	99,423	425,332	81%	Favourable	19%
3	Financial Expenses	662,178	322,932	339,245	51%	Favourable	49%
4	Motor Vehicle Running Costs	120,000	20,958	99,042	83%	Favourable	17%
5	Professional, Consultancy and Legal Expenses	306,000	107,937	198,063	65%	Favourable	35%
6	Staff Emoluments	17,037,848	6,152,430	10,885,418	64%	Favourable	36%
7	Travel, Subsistence and Transport	162,500	34,815	127,685	79%	Favourable	21%
8	Audit	303,000	97,500	205,500	68%	Favourable	32%
9	Insurance	86,830	117,850	- 31,020	-36%	Unfavourable	136%
10	Plenary Assembly Meetings	3,068,000	887,913	2,180,087	71%	Favourable	29%
11	Executive Committee Meetings	804,600	629,741	174,859	22%	Favourable	78%
12	Parliamentary Business/ EXCO Sub-Com Meetings	235,600	31,541	204,059	87%	Favourable	13%
13	Standing Committees	1,020,000	47,484	972,516	95%	Favourable	5%
14	Other Policy Organ Costs/RWPC	643,000	9,256	633,744	99%	Favourable	1%
15	Language Translation Costs	48,000	42,109	5,891	12%	Favourable	88%
16	Programme Support	341,000	232,967	108,033	32%	Favourable	68%
17	Election Observation Missions	300,000	-	300,000	100%	Favourable	0%
18	Capital Expenditure	145,000	146,158	- 1,158	-1%	Unfavourable	101%
19	Contingencies fund	60,000	-	60,000	100%	Favourable	0%
20	Mortgage repayment (Capital portion)	456,242	218,382	237,860	52%	Favourable	48%
21	Motor Vehicle (Capital portion)	205,983	108,645	97,338	47%	Favourable	53%
	TOTALS	28,262,888.07	9,683,475.84	18,579,412.23	66%		34%

2.4.3 Variações desfavoráveis

As seguintes rubricas orçamentais apresentam desvios desfavoráveis registados em 30 de Setembro de 2023:

2.4.3.1. Seguros (136%): Este desvio resultou do facto de as contribuições efectivas para o seguro dos activos fixos, dos bens imóveis e do seguro de desmembramento em grupo terem sido mais elevadas do que o previsto, na sequência de um imprevisto aumento das prestações impulsionado pelo mercado. Os seguros do exercício foram pagos, com excepção das mensalidades relativas ao regime de desmembramento em grupo, no valor de N\$7.106 por mês e num total de N\$42.636 para os seis meses restantes.

2.4.3.2. A este respeito, é necessário ter em conta a possibilidade de transferir fundos a partir de algumas rubricas orçamentais (para cobrir o défice). Propõe-se que seja transferido um montante de N\$32.000 do Fundo de Contingência para a rubrica orçamental relativa aos seguros, para cobrir o défice já incurso. Além disso, é necessário transferir um montante de N\$45.000 da rubrica orçamental dos Custos Administrativos, onde se prevêem poupanças para os meses durante os quais os escritórios estiveram encerrados para efeitos de obras de remodelação, a fim de cobrir as restantes prestações do ano.

2.4.4. Tendência de desempenho orçamental (rubricas orçamentais com desvios favoráveis em que os gastos são de mais de 50%)

2.4.4.1. Reuniões da Comissão Executiva (78%)

A Comissão Executiva realizou uma reunião presencial em Mahe, Seicheles, em Maio de 2023. O referido evento aumentou as despesas devido ao custo mais elevado do aluguer do local no Hotel Eden Blu, passagens, alojamento e despesas acessórias para o pessoal do Secretariado em Mahe, ao passo que o orçamento previa que a referida reunião da Comissão Executiva se realizaria em Windhoek. Ainda faltam duas reuniões da Comissão Executiva no presente exercício, mantendo-se iguais todas as outras variáveis, sendo uma reunião em Novembro de 2023, antes da 54.^a Assembleia Plenária, e a outra em Janeiro/Fevereiro de 2024. Pelo menos uma das reuniões da Comissão Executiva será virtual e, para o efeito, o montante de N\$174.859 é suficiente. Por outro lado, as subcomissões da Comissão Executiva só gastaram 13% do orçamento e ainda têm um saldo de N\$204.059.

2.4.4.2. Apoio aos programas (68%)

Esta rubrica orçamental está quase esgotada, uma vez que foi utilizada para a agenda de transformação e várias reuniões e actividades de contacto, com vista à criação e manutenção de parcerias e à mobilização de recursos que tiveram lugar primeiro semestre do ano. Uma delas foi a participação na Cimeira dos Chefes de Estado da SADC e reuniões conexas, bem como na Conferência da União Interparlamentar (UIP).

2.4.4.3. Custos de tradução (88%)

Os custos de tradução continuam a ser elevados, tendo em conta o número de documentos que produzimos e o volume de comunicação com as várias partes interessadas. As despesas de tradução são também orçamentadas no âmbito das diferentes actividades e reuniões e, a este respeito, as restantes reuniões do exercício têm em conta os referidos custos.

2.4.4.4. Despesas de capital (101%)

Esta rubrica orçamental não é uma preocupação, uma vez que o montante foi gasto em mobiliário e outros activos fixos e não tem de ser escalonado por todo o exercício, mas depende do momento em que os activos fixos são adquiridos.

2.4.5. Análise da tendência de desempenho orçamental (rubricas orçamentais com gastos de menos de 10%)

2.4.5.1. Reuniões das comissões permanentes (5%)

As comissões permanentes só se reuniram uma vez no dia 30 de Setembro 2023 este ano financeiro para as reuniões estatutárias e deverão reunir-se novamente em Outubro de 2023 por meios virtuais. As reuniões das comissões permanentes que se realizaram presencialmente em Joanesburgo, África do Sul, em Maio de 2023, foram financiadas por doadores/parceiros de cooperação, nomeadamente ASDI e SAFAIDS. Os restantes 95%, no valor de N\$972.516, foram gastos nas reuniões de Outubro de 2023 e foram suficientes para o efeito.

2.4.5.2. Outros órgãos políticos/RWPC (1%)

Até o dia 30 de Setembro de 2023, a CPRFLM, o Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC), e o Comité dos Secretários-gerais dos parlamentos nacionais tiveram uma reunião estatutária cada durante o presente exercício financeiro. A CPRFLM e o RWPC reuniram-se mais uma vez em Outubro de 2023, em formato virtual. As reuniões presenciais que se realizaram em Joanesburgo, África do Sul, em Maio de 2023, foram financiadas por doadores/parceiros de cooperação, nomeadamente a ASDI. Os restantes 99%, no valor de N\$633.744, foram gastos nas reuniões de Outubro de 2023 nas outras reuniões ainda por se realizar, e foram suficientes para o efeito.

2.4.5.3. Missões de observação eleitoral (0%)

O FP-SADC não conseguiu observar as eleições que tiveram lugar entre Abril e Setembro de 2023 devido à falta de financiamento adequado e de apoio por parte dos parlamentos membros. Apesar de a 52.^a Assembleia Plenária ter decidido que os parlamentos membros devem contribuir para as missões de observação eleitoral, até à data, apenas a Tanzânia pagou a sua contribuição para as missões de observação eleitoral. Os N\$300.000 previstos no orçamento são fundos de arranque, sendo que os parlamentos membros devem contribuir com cerca de US\$5.000 cada um para cada eleição, para além de suportar os custos de participação dos seus respectivos integrantes.

2.5. RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

2.5.1. A Assembleia Plenária é convidada a tomar conhecimento do contexto do orçamento de 2023/2024 e das medidas adoptadas para gerir os recursos financeiros limitados.

2.5.2. A Assembleia Plenária é convidada a tomar conhecimento do risco para a continuidade das actividades, agravado pelo aumento constante dos custos dos bens e serviços sem um aumento correspondente das receitas.

2.5.3. A Assembleia Plenária é convidada a apreciar e tomar conhecimento da execução do orçamento do exercício findo em 30 de Setembro de 2023, com destaque para os seguintes aspectos:

a) O desempenho do orçamento, incluindo as razões dos desvios desfavoráveis; e

b) As tendências orçamentais projectadas para o exercício de 1 de Outubro de 2023 a 31 de Março de 2024.

2.5.4. A Assembleia Plenária é convidada a analisar e aprovar os seguintes pedidos de movimentação de fundos entre rubricas orçamentais que constam nas propostas que se seguem.

(i) Trata-se da transferência de um montante de N\$32.000 do Fundo de Contingência para a rubrica orçamental dos Seguros, para cobrir o défice já incurso.

(ii) Além disso, é necessário transferir um montante de N\$45.000 da rubrica orçamental dos Custos Administrativos, onde são previstas poupanças para os meses em que os escritórios estiveram encerrados para obras de remodelação, a fim de cobrir as restantes prestações do ano.

3.0. RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS PROJECTOS PATROCINADOS POR DOADORES

3.1. PROJECTO DE SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA ASDI (SDSR) PATROCINADOS PELA ASDI

3.1.1 Na sequência da aprovação da extensão a custo-zero em 2023, a vigência do Projecto SDRS foi modificada por forma a ter a vigência de 1 de Julho de 2019 a 31 de Março de 2023. Houve um período adicional de extensão a custo de 1 de Junho de 2023 a 30 de Setembro de 2023, tendo este último período sido prorrogado em seguida sem custos até 31 de Outubro de 2023, para permitir a conclusão das actividades.

- 3.1.2 As demonstrações financeiras auditadas do projecto para o período de 14 meses entre 1 de Abril de 2022 e 31 de Maio de 2023 registam que o montante total recebido da ASDI durante o período foi de USD1.745.719 (aproximadamente N\$31 422 942), dos quais as despesas totais totalizavam USD 1 662 469 (N\$29.924.442). O montante recebido da ASDI, que ora se submete à apreciação da subcomissão, representa 148% do total das contribuições anuais obrigatórias de N\$21.148.050.
- 3.1.3 Por outro, o Secretariado assegurou um financiamento com a Suécia no valor de 52 000 000 Coroas Suecas (5 milhões de dólares). O acordo é válido por um período de 3 anos, com efeitos a partir do dia 1 de Novembro de 2023. No entanto, é necessário desenvolver um plano de sustentabilidade para, entre outros objectivos, assegurar aos doadores e parceiros de cooperação que a instituição será capaz de manter as suas operações a um nível óptimo para além de qualquer financiamento externo.

3.2 RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

- 3.2.1 Pedese à Assembleia Plenária para tomar conhecimento das contribuições feitas pela Suécia durante os últimos quatro anos de 1 de Julho de 2019 à 31 de Outubro de 2023 e submeter os mesmos à Assembleia Plenária para tomar conhecimento.**
- 3.2.2 Solicita-se à Assembleia Plenária que aprecie e tome nota do acordo de financiamento com a Suécia, que entrará em vigor em 1 de Novembro de 2023, e que submeta o mesmo à Assembleia Plenária para tomar conhecimento.**
- 3.2.3 A Assembleia Plenária é convidada a manifestar os seus agradecimentos aos vários doadores e parceiros de cooperação pelo seu contínuo engajamento e apoio.**
- 3.2.4 Solicita-se à Assembleia Plenária que assegure a elaboração atempada de um plano abrangente de sustentabilidade.**

Fim do relatório